



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SBN Quadra 01 Bloco D Lote 32, Edifício Palácio do Desenvolvimento 15º andar
Brasília/DF, CEP 70057-900 <https://www.gov.br/incra>

Plano de Trabalho - TED Nº 160/2023/DD/SEDE/INCRA-INCRA

Brasília, 29 de dezembro de 2023.

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

1.1. Unidade Descentralizadora e Responsável

- 1.1.1. Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA**
- 1.1.2. Nome da autoridade competente: **MARIA ROSILENE BEZERRA RODRIGUES**
- 1.1.3. Número do CPF: *****.628.255-****
- 1.1.4. Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DE PROJETOS ASSENTAMENTOS**
- 1.1.5. Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: **PORTARIA 2.087 DE 23 DE MARÇO DE 2023 - Presidência da República/CASA CIVIL/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR (DOU, 23/03/2023, Seção 2, Página 1).**

1.2. UG SIAFI

- 1.2.1. Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: **373001/37201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/DOF-1.**
- 1.2.2. Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **373001 - Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento - DD.**

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

2.1. Unidade Descentralizada e Responsável

- 2.1.1. Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): **UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**
- 2.1.2. Nome da autoridade competente: **MARCELO BRITO CARNEIRO LEÃO**
- 2.1.3. Número do CPF: **514.836.884-53**
- 2.1.4. Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **Universidade Federal Rural de Pernambuco- Departamento de Educação – DeD**
- 2.1.5. Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: **DECRETOS DE 30 DE ABRIL DE 2020 - Presidência da República/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (DOU, 04/05/2020, Seção 2, Página 1).**

2.2. UG SIAFI

- 2.2.1. Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: **15239 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO -UFRPE**
- 2.2.2. Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: **UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DED**

3. OBJETO:

- 3.1. Desenvolver a transição agroecológica em assentamentos rurais, a partir da formação dos assentados e assentadas da reforma agrária em sistemas agroflorestais, com base na Agroecologia e na metodologia camponês a camponês, com vistas a construção do conhecimento agroecológico, do fortalecimento do cooperativismo e do estímulo à agroindústria familiar, na busca da soberania energética, tecnológica e alimentar das famílias assentadas e de seus territórios.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED

Meta 1 – Constituição de Assessoria Especializada para Transição Agroecológica Serão selecionados e contratados 20 técnicos extensionistas com experiência em assistência técnica e extensão rural agroecológica para atuar junto as famílias assentadas participantes do presente projeto, sendo 10 para Pernambuco, cinco para a Paraíba e cinco para o Rio Grande do Norte. E mais três técnico extensionista que atuarão como supervisor da equipe técnica, totalizando ao todo 23 técnicos especialista em transição agroecológica. Os critérios de seleção para a contratação da equipe técnica para assessorar a transição agroecológica levarão em conta a experiência prática, a disponibilidade de tempo e proximidade da residência com território onde cada um irá atuar, dentre outros aspectos que porventura a coordenação do projeto veja por bem considerar. O edital de seleção dos técnicos extensionistas será elaborado pelos coordenadores no primeiro mês de execução do projeto. A seleção da equipe técnica será realizada entre o segundo e o terceiro mês de execução do projeto pelos pesquisadores coordenadores com apoio de representantes dos assentamentos dos três estados. Após a contratação, os técnicos passarão por uma formação específica para atender as exigências, os objetivos e as metas do presente projeto. Essa formação envolverá desde a capacitação para elaboração de projetos tais como elaboração de créditos e fomentos destinados a apoiar a transição agroecológica e a comercialização até a implantação de sistemas agroflorestais agroecológicos com base na metodologia camponês a camponês, cooperativismo, beneficiamento de produtos da agroindústria familiar, comercialização em circuitos curtos, legislação de orgânicos, formação de novos mercados, criação e manutenção de redes sociais etc. As condições de trabalho envolverão a disponibilidade de carro no período chuvoso e moto no período seco ao longo dos três últimos anos de execução do projeto. Também será disponibilizado à equipe técnica materiais de identificação como boné, camiseta e de trabalho como caderneta de campo, caneta, mochila e combustível. Cada técnico se ocupará de acompanhar 50 familiares assentadas. Esse acompanhamento a ser realizado pelos técnicos extensionistas

envolverá desde o diagnóstico de identificação das famílias, passando pela execução do plano de estruturação produtiva, viabilização do acesso às políticas públicas, organização dos circuitos curtos de comercialização, redes de comunicação entre os assentados até a organização do controle social da produção, tendo como base a lógica da metodologia camponês a camponês.

Meta 2 - Identificação de Experiências da Reforma Agrária Será feito um diagnóstico para a identificação das famílias com os dirigentes regionais e com as famílias assentadas. A amostragem será feita levando-se em conta a proximidade dos lotes/assentamentos, a representatividade de cada região, o conhecimento prévio de existência de experiências em transição agroecológica em determinado território, principalmente coletivas. Os dados coletados no diagnóstico resultarão na confecção de um cadastro e na geração de um banco de dados destas famílias. A escolha das famílias que farão parte do presente projeto será feita de acordo com os aspectos que forem revelados pelo diagnóstico tais como: existência de práticas agroecológicas, práticas coletivas tanto produtivas quanto de comercialização e interesse das famílias em dar continuidade ou iniciar a transição agroecológica. Contudo, um dos pontos importantes a se considerar será a proximidade dos lotes em cada território, de modo a facilitar o trabalho e diminuir custos.

Meta 3 - Plano de Estruturação e Execução Produtiva das Áreas de Reforma Agrária O plano de estruturação produtiva das áreas de reforma agrária contempladas no presente projeto consistirá na implantação de sistemas agroflorestais agroecológicos com predominância de fruteiras tanto nativas quanto exóticas e, alguns com interesse apícola, reforma ou planejamento de novas agroindústrias familiares dando prioridade e ênfase à alguns produtos em termos mercadológicos, estruturação de unidades de referência agroecológicas e criação e suporte à OCS ou OPAC ou cooperativas e à redes de comunicação entre as famílias assentadas.

I - **Planejamento e desenho dos sistemas agroflorestais agroecológicos** O planejamento dos sistemas agroflorestais agroecológicos (SAA) deverá consistir na escolha e aquisição de sementes e mudas de qualidade, no intercâmbio com agricultores consolidados, no desenho prévio do sistema, na época adequada de plantio e na escolha rigorosa da área a ser ocupada. Deve-se incluir espécies florestais nativas, plantas tutoras, culturas alimentares, espécies adubadoras, apícolas, medicinais, condimentares e aromáticas envolvendo cultivos de ciclo curto, médio e longo que representem a estratégia econômica típica da agricultora familiar camponesa, podendo ou não ser conjugados com a criação animal, com vistas a obtenção de alimentos, fitoterápicos e energia para a família e venda do excedente a curto, médio e longo prazos.

II - **Implantação dos sistemas agroflorestais agroecológicos** Serão implantados 1.000 sistemas agroflorestais agroecológicos (SAA), cada um compreendendo uma área de 0,25 ha (100 x 25m), ou seja, 2.500m² constando de espécies de curto, médio e longo prazos. Ao todo serão 250 ha de sistemas agroflorestais agroecológicos implantados ao longo de 37 meses de execução do projeto, nos três estados. A escolha das espécies a serem implantadas será feita com base no conhecimento prévio das famílias assentadas, nas condições edafoclimáticas da região e no propósito da atividade, se exclusivamente vegetal, se animal ou ambas. A implantação dos SAA obedecerá a lógica da metodologia camponês a camponês, conforme representação a seguir:

Número de sistemas agroflorestais agroecológicos a serem implantados por ano.		
1º ano	2º ano	3º ano
100 Sistemas Agroflorestais Agroecológicos	300 Sistemas Agroflorestais Agroecológicos	600 Sistemas Agroflorestais Agroecológicos

No primeiro ano serão implantados 100 SAA, sendo 50 em Pernambuco, 25 na Paraíba e 25 no Rio Grande do Norte; no segundo 300 SAA, sendo 150 em Pernambuco, 75 na Paraíba e 75 no Rio Grande do Norte e; no terceiro ano 600 SAA, sendo 300 em Pernambuco, 150 na Paraíba e 150 no Rio Grande do Norte, somando 1.000 SAA ao todo.

III - **Elaboração de projetos para reforma ou novas agroindústrias familiares da reforma agrária** As unidades produtivas das famílias que atingiram um nível satisfatório na produção primária tanto quantitativa quanto qualitativamente passam a buscar formas eficientes de agregar valor a produção. De posse da matéria prima conseguem aumentar a conservação, durabilidade e o “tempo de prateleira” dos produtos apenas adotando alguns procedimentos mínimos de beneficiamento. Contudo, dadas as condições, o que se percebe muitas vezes é o beneficiamento sendo feito de modo caseiro ou até de forma rudimentar e em pequena escala. Não obstante, as vantagens do beneficiamento são notórias, sejam economicamente por melhorar a remuneração do trabalho das famílias assentadas.

IV - **Estruturação de unidades de referência agroecológicas em áreas de reforma agrária** Serão estruturadas 20 unidades de referência agroecológica (URA), sendo 10 em Pernambuco, cinco na Paraíba e cinco no Rio Grande do Norte, preferencialmente, uma por técnico extensionista. Essas URA serão escolhidas com base no potencial multiplicador, desempenho e envolvimento das famílias no processo de transição agroecológica e cumprirão papel importante do ponto de vista pedagógico internamente no seio dos assentamentos, atuando como faróis agroecológicos, com vistas a massificação da Agroecologia e a divulgação externa das experiências de SAA dos assentamentos de reforma agrária nos três estados. Por conta disso, será feito um monitoramento, registro e sistematização da experiência dessas URA pelos estudantes bolsistas, com base num roteiro (a ser elaborado com as famílias assentadas) composto de aspectos sociais, ambientais e econômicos. Essas URA passarão por mudanças consistentes em termos de redesenho com reconstituição de aspectos originais da paisagem e conduzidas sob os princípios da abordagem sistêmica. Ademais, receberão aportes em termos de estrutura, tais como: equipamentos para viabilizar o beneficiamento ou mudas de reflorestamento ou biodigestor para fonte de energia e fertilização dos cultivos.

Meta 4 – Viabilização de Acesso às Políticas Públicas Do ponto de vista estratégico se faz necessário ampliar o acesso às políticas públicas quanto a captação de recursos para as famílias assentadas com vistas a incrementar o processo produtivo e diversificação nas formas de comercialização. Com base nisso está sendo previsto o apoio da equipe técnica na elaboração de projetos de créditos e fomentos destinados a apoiar a transição agroecológica e a comercialização. Da mesma forma, tal apoio envolverá, onde for possível contatos e articulações com o setor público para estruturar políticas destinadas a oferta de alimentos.

Meta 5 - Organização de Circuitos Curtos de Comercialização Com o objetivo de gerar renda e disponibilizar “alimento de verdade”, a preços justos, à população urbana serão organizadas cinco feiras da reforma agrária com logística e estrutura mínimas garantidas pelo projeto, sendo três em Pernambuco, uma na Paraíba e uma no Rio Grande do Norte. Concomitantemente a criação das feiras da reforma agrária serão colocadas em prática algumas experiências piloto de comercialização nos territórios tais como: feiras municipais, comunidades que sustentam a agricultura (CSA), cestas agroecológicas, delivery, dentre outras. Contudo, independentemente da modalidade de comercialização aspectos como qualidade, quantidade, regularidade, diversidade e atendimento (QQRDA), serão observados e serão condições sine qua non para o sucesso de tais iniciativas. Mas, não menos importantes, serão as estratégias de comunicação a serem montadas com vistas a divulgação junto aos consumidores e busca da fidelidade como clientes. Estas ações serão acompanhadas pelos técnicos extensionistas e terão o apoio dos bolsistas de graduação e pós-graduação.

Meta 6 – Formação, Estruturação e Controle Social da Produção e Comercialização Agroecológicas na Reforma Agrária

V - **Realização de cursos, oficinas e seminários** Como forma de qualificar as ações tanto do ponto de vista das ações relativas à orientação técnica quanto dos procedimentos relativos à produção, beneficiamento e comercialização serão realizados cursos,

oficinas e seminários tanto gerais quanto locais nos territórios. Assim, está previsto para o início de 2024 um curso de formação para os técnicos extensionistas envolvendo conceitos e princípios da Agroecologia, produção de base agroecológica, cooperativismo, agroindústria familiar e legislação de orgânicos, uma oficina sobre SAA e outra sobre elaboração de projetos. Para os assentados estão previstos seminários nos três estados no final do primeiro, segundo e terceiro ano do projeto, nos estados, com convidados locais. Os cursos e oficinas serão oferecidos pelos especialistas e pesquisadores. Já os seminários serão organizados pelos técnicos extensionistas, cuja programação será definida em comum acordo com as lideranças dos assentamentos nos estados, e contarão com a presença dos coordenadores do projeto. Os participantes dos seminários terão sua hospedagem e alimentação custeados pelo projeto.

VI - Estruturação da dinâmica e dos critérios do controle social da produção, beneficiamento e comercialização agroecológicos em áreas de Reforma Agrária A complexidade envolvida na organização da produção à comercialização, passando pelo beneficiamento, irá demandar uma estrutura mínima de organização para as tomadas de decisão e desenvolvimento das ações, que pode ser concebida de forma simples como uma Organização de Controle Social (OCS) ou de forma mais robusta e complexa como um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), que faz parte do Sistema participativo de Garantia (SPG), ou uma cooperativa ou ambas. Isso, contudo, vai depender do interesse e do grau de organização das famílias assentadas. Mas, independente disso, algum grau de controle deverá ser estabelecido tanto para facilitar as relações entre os assentados quanto para atender a legislação. Isto posto, a realização de intercâmbios camponês a camponesa para o controle social da produção agroecológica parece ser viável em se tratando de assentados da reforma agrária.

VII - Criação de uma rede de comunicação camponês a camponês dos assentamentos de reforma agrária A falta de acesso às informações e conhecimentos têm limitado sobremaneira as famílias assentadas tanto técnica quanto estrategicamente no tocante à consolidação de suas unidades produtivas e dos canais de venda dos seus produtos. Informações e conhecimentos que muitas vezes estão sob o domínio de alguns e que fariam grande diferença se socializados com outros. Ou seja, a oportunidade de troca de conhecimentos entre as famílias assentadas, técnicos e coordenação do projeto via grupo de WhatsApp, por si só, já será algo exequível nesse sentido e extremamente desejável com vistas a comunicação interna, mas que poderá ser qualificada com a produção de programetes de áudio e vídeo direcionados para as questões de interesse do público dos assentamentos rurais. Nesse sentido, será estabelecido um canal de comunicação específico com os assentados via grupo de WhatsApp, com regras pré-estabelecidas, que disponibilizará podcast e videocast produzidos pelos técnicos extensionistas, assentados por meio de uma parceria com a Rádio Web Agroecologia da UFRPE (Rádio WEB) e/ou outros parceiros, sobre temas relacionados ao projeto, tais como: Agroecologia, transição agroecológica, produção de base agroecológica, sistemas agroflorestais agroecológicos, circuitos curtos de comercialização, cooperativismo, políticas públicas etc. Contudo, tais programetes deverão ser veiculados após edição e passar pelo controle de qualidade da equipe da Rádio WEB e/ou de outros parceiros envolvidos dotados de qualificação para cumprir tal tarefa.

VIII - Criação da identidade visual dos produtos da reforma agrária Criação de arte para identificação das experiências agroecológicas na Reforma Agrária, conferindo aos produtos sua identidade e simbolicamente sua relação com a luta pela terra. Esta ação ficará a cargo de uma nutricionista contratado para esse fim.

IX - Apresentação das ações do Programa de Transição Agroecológica em nível local, regional e nacional Para divulgar o projeto algumas peças de comunicação serão produzidas, tais como: podcast de temas relacionados ao objeto do projeto, bem como três pequenos vídeos, sendo um de cada experiência dos três estados e outro de caráter mais institucional. Também será produzido um boletim reportando aspectos técnicos-produtivos. Ademais, a experiência do projeto será apresentada em eventos locais, estaduais e nacionais, tais como congressos e seminários. Nesse caso, o projeto disponibilizará passagens e diárias para a participação dos coordenadores ou técnicos extensionistas ou assentados representar e socializar a experiência nesses eventos.

Meta 7- Pesquisa: Desenvolvimento de um índice de transição agroecológica da reforma agrária É tido como consenso que as unidades produtivas dos assentamentos de reforma agrária encontram-se em estágios distintos de transição agroecológica. Essa hipótese se sustenta no argumento bastante aceito no campo da Agroecologia de que “cada experiência é uma experiência”, ou seja, essa distinção estaria associada ao fato de que cada família concebe suas estratégias e práticas produtivas de forma particular, ainda que pertencentes a um mesmo grupo social, a um mesmo território e compartilhem muitos conhecimentos e apresentem semelhanças no que concerne ao seu modo de vida. Assim, conhecer essas semelhanças e diferenças poderiam ser úteis, por exemplo, na execução do próprio projeto, na elaboração dos próximos projetos e na formulação de políticas públicas pelos governos. E, sendo assim, tais políticas poderiam ser mais bem direcionadas de modo a atender cada demanda ou grupo de demandas de forma relativamente mais específica e direta, de modo a otimizar os recursos públicos e aumentar a eficiência do processo de transição agroecológica em curso. Nesse sentido, buscaremos categorizar as diferentes experiências em três categorias, a saber: Categoria 1 – unidade produtiva iniciando a transição agroecológica; Categoria 2 – em processo de transformação e; Categoria 3 – em processo de consolidação (Marchín Sosa, 2012). Para tal, utilizaremos um questionário constando de indicadores sociais, econômicos e ambientais, cujos dados farão parte de um banco de dados e, uma vez sistematizados e categorizados darão origem a um índice de transição agroecológica tanto da unidade produtiva quanto dos assentamentos ou territórios em questão.

Meta 8 - Gestão Operacional e Estratégica das Ações do Projeto A gestão do projeto será feita pela Faturpe, que será responsável pela execução dos procedimentos administrativos e financeiros e produção de relatório de prestação de contas.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED

A proposta apresentada aqui é fruto de uma parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE), os assentamentos de reforma agrária, o Núcleo de Estudos em Agroecologia e Camponato (NAC/UFRPE), a Rádio Web Agroecologia (RWA/UFRPE), a Universidade Federal do Agreste Pernambucano (UFAPE) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com vistas a transição agroecológica. Trata-se sobretudo da iniciativa do INCRA de estender e ampliar o processo de transição agroecológica nos assentamentos de reforma agrária de modo a se buscar melhoria na alimentação e da renda das famílias. Trata-se, portanto, de construir com os assentados as condições para que as famílias possam melhorar a sua produtividade, mas de forma qualitativa diversificando os cultivos, buscando novos mercados e agregando valor aos produtos. Nesse sentido os sistemas agroflorestais agroecológicos (SAA) apresentam não só essas características desejáveis do ponto de vista agroecológico, mas também mecanismos estratégicos para a produção a curto, médio e longo prazo. Associado aos SAA podemos destacar a potência da metodologia camponês a camponês, ou seja, por sua capacidade de potencializar os processos produtivos dada a sua horizontalidade fazendo com que a troca de conhecimento seja mais efetiva e repercuta no empoderamento de parcelas significativas de agricultores assentados. Daí porque o presente projeto, acrescido de recursos e um grupo plural de profissionais, experimentados tanto técnica quanto com sensibilidade social, constitui-se numa oportunidade ímpar para romper com a inércia e certo esquecimento dos assentamentos nos últimos anos e emplacar mudanças significativas na vida das pessoas que trabalham e vivem nos assentamentos. Assim, também, o presente projeto se inscreve no estatuto da interdisciplinaridade quer seja pela sua multiplicidade de temas que receberão diferentes abordagens, quer seja pela pluralidade metodológica e diversidade de profissionais que a natureza do trabalho exigirá. Isso implica dizer que os envolvidos no projeto irão vivenciar processos diversos de ensino, pesquisa e extensão, o que é especialmente recomendável para nossos graduandos e pós-graduandos. Porém, isso não se dará de maneira mecânica e fragmentada, mas através de oportunidades e eventos em que os fenômenos serão tratados na sua totalidade com abordagens que ultrapassam o mero tripé ensino pesquisa-extensão que desafortunadamente são vistos isoladamente.

Isto posto, e para se fazer jus aos ensinamentos de Freire (1983), para quem “aprende quem ensina e ensina quem aprende” os momentos de aprendizagem deverão ser pensados e conduzidos sob o entendimento de que todos, na qualidade de sujeitos, agem e constroem coletivamente em comunhão. Ao longo da execução do projeto os alunos(as), bolsistas da UFRPE participarão de cursos, seminários, intercâmbios, mutirões; realizarão pesquisa correlata tendo a oportunidade de interagir com pesquisadores, especialistas, assentados de reforma agrária e a oportunidade de transitar na rica realidade dos assentamentos e se apropriar de uma gama de temas, tais como Agroecologia, transição agroecológica, campesinato, cooperativismo, comunicação, agroindústria familiar, etc, que por certo irão gerar um acúmulo de conhecimento e vivência prática, muitas vezes não disponível na academia, mas fundamentais para alicerçar sua base teórica e prática para o exercício profissional mais tarde. Dessa forma, é esperado que tal experiência adentre na sala de aula, no debate com os professores das disciplinas, nas rodas de conversa das quais estes educandos fazem parte, podendo gerar a partir de seus argumentos expectativas positivas e sensibilizar para a importância de ações e de se trabalhar com grupos sociais esquecidos pela academia e excluídos de vários espaços da sociedade. E quiça suas reflexões possam avançar na feitura de teses, monografias e artigos e despertar no coletivo outras entendimentos e posturas para além dos pré-conceitos, da negação e da desvalorização dos conhecimentos e saberes dos “não letrados”, ainda tão comum na universidade.

Ademais, nunca é demais expressar a abrangência e expertise do grupo proponente no campo de atuação desta proposta, uma vez que tal articulação faz-se necessária diante da complexidade do desafio apresentado, que é a produção de alimentos em quantidade e qualidade para alimentar as pessoas do campo e da cidade e afugentar o flagelo da fome do nosso país.

Os estudos de Josué de Castro (1946, 1951) acerca da fome demonstraram-na como uma criação político-econômica, fruto de um sistema de distribuição de riquezas injusto. Não obstante, parece que tais estudos não foram suficientes para sensibilizar os governos que a partir de então se sucederam para uma efetiva erradicação do flagelo da fome associada a pobreza estrutural, exceto no caso de honrosas exceções. Fato é que recentemente tivemos uma diminuição desses números (2012 a 2014), porém aumento entre 2012 e 2021 evidenciando a vulnerabilidade dessa população, principalmente sob a tutela de governos impopulares, que põem em risco sua soberania alimentar e nutricional (Sousa, 2022). Segundo esse autor, o aumento da pobreza na última década decorreu majoritariamente de mudanças na distribuição de renda.

Portanto, isso tudo nos leva a pensar que a saída é ampliar o acesso a alimentos de qualidade com total apoio aos programas existentes e criando outros, bem como criando mercados alternativos nos quais os alimentos não sejam tratados como mera mercadoria, mas antes disso, recupere seu valor cultural, nutricional e social. Segundo Maluf trata-se de um desafio que envolve, em larga medida, [...] o resgate de culturas alimentares locais e circuitos curtos de produção assentados em produtos diferenciados, com vistas a ir além do preenchimento de nichos de mercado em favor de uma visão mais estratégica do papel dessas culturas para uma discussão ampliada de abastecimento alimentar comprometido com a soberania e segurança alimentar e nutricional (MALUF, 2014, p. 59). Não menos importante é o acesso aos mercados institucionais a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que dão garantia e segurança de que a produção será comercializada, ademais de pagarem um plus de até 30% por produtos orgânicos ou agroecológicos. E isso faz toda a diferença no caso dos agricultores familiares que correm o risco de várias intempéries e ainda se deparam com a dificuldade de escoar sua produção, o que os obriga muitas vezes, entregar a seus produtos nas mãos dos atravessadores que nem sempre pagam o valor merecido de modo a valorizar o trabalho de quem produz. Portanto, há que se valorizar e recompensar o trabalho humano e a produção de alimentos saudáveis e, acima de tudo, há que se buscar formas autônomas que assegurem o direito dos povos a:

[...] controlar suas próprias sementes, terra e água, garantindo através de uma produção local e culturalmente apropriada o acesso dos povos a alimentos suficientes, variados e nutritivos em complementação com a Mãe Terra e aprofundando a produção autônoma, participativa, comunitária e compartilhada de cada nação e povo (CARO, 2013, p. 3).

E isso exige uma reação de todos os povos, mas que deve iniciar e/ou continuar em todos os territórios, por todos os sujeitos, sejam eles individuais ou coletivos em prol de mudanças que levem em conta a sócio-ecológicos a exemplo da proposta de transição agroecológica.

Caporal (2009), propôs um Plano Nacional de Transição Agroecológica alicerçado na reforma agrária integral, acesso a educação e saúde, mercados locais, premiação das boas práticas, taxação das práticas danosas, suporte científico, transformações nos diferentes níveis de ensino, recursos financeiros e técnicos, fomento a reciclagem e uso de recursos renováveis, criação de instituições populares de pesquisa, criação de um zoneamento agroecológico, etc. Entende-se por transição agroecológica um processo gradual, contínuo de mudança nas formas de manejo dos agroecossistemas (ALTIERI, 2012). É a passagem de sistemas de produção de baixa sustentabilidade para modelos de agricultura e de manejo que possuam princípios, métodos e tecnologias de base ecológica. Em outras palavras, é a mudança no sistema de produção dominante na agricultura, herdeira da revolução verde e praticada pelo agronegócio, para sistemas de produção camponeses sob base agroecológica.

Isso adquire grande significado para o caso dos assentamentos de reforma agrária que ocorreram na região nordeste na medida que em resultaram da ocupação de fazendas e engenhos improdutivos e falidos.

Em Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte existem dezenas de assentamentos, que estão distribuídos em várias regiões desses Estados com implicações positivas do ponto de vista econômico sobre as cidades circunvizinhas, sobretudo em termos de produção de alimentos e de incremento no comércio local.

Nesse sentido o presente projeto parte de experiências que já existem em alguns assentamentos e que se tornaram referências na produção de base agroecológica, porém estão dispersas e que merecem ser visibilizadas e servir de exemplo para outras unidades produtivas e outros assentamentos. No entanto, para o processo de transição agroecológica lograr êxito é determinante lançar mão, dentre outros fatores, de uma metodologia de acompanhamento dos sistemas produtivos que seja condizente com a perspectiva agroecológica, ou seja, que leve em conta a multidimensionalidade da complexa realidade dos assentamentos de reforma agrária no que diz respeito aos seus aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais. Razão pela qual as experiências exitosas da Via Campesina, especialmente na América Central e Caribe à luz da Metodologia Camponês a Camponês (CAC) servem de inspiração, dado ao seu caráter inovador e participativo (MACHIN SOSA, 2012).

A CAC foi desenvolvida na Guatemala e posteriormente adotada por outros países da América Central e Caribe. Fato é que a CAC é largamente utilizada pela Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP) em CUBA, e que se constituiu numa das experiências que impulsionou o processo de transição agroecológica na Ilha. Assim, de forma análoga a experiência da ANAP, ainda que guardando-se as devidas diferenças e proporções, a CAC poderia ser uma importante ferramenta para impulsionar o processo de transição agroecológica junto aos assentamentos de reforma agrária em Pernambuco. É disso que trataremos no presente projeto, cujos fundamentos e desdobramentos práticos estão expostos acima nas metas, com vistas a apresentar as bases para a implantação de um Projeto de transição agroecológica, consubstanciado na metodologia CAC, para os assentamentos de reforma agrária em Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, tendo como modelo os sistemas agroflorestais agroecológicos.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO:

- 6.1. A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?
- () Sim
- (x) Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

(x) Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

(x) Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

(x) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

A opção de forma de execução descentralizada justifica-se porque a UFRPE contratará Fundação registrada e credenciada como Fundação de apoio que visa a dar suporte a projetos de pesquisa, ensino, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse da UFRPE, para apoio técnico e gestão administrativa/financeira necessários à execução do projeto. Esse procedimento está de acordo ao estabelecido no Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, que regulamenta a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, para que realizem convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do artigo 24 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com finalidade de dar apoio à gestão administrativa e financeira estritamente necessária para execução do projeto. Observação:

8. CUSTOS INDIRETOS:

8.1. A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

(x) Sim

() Não

8.2. O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

8.2.1. Fundação Apolônio Sales FADURPE - R\$ 2.279.753,55 (dois milhões, duzentos e setenta e nove mil, setecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e cinco centavos), que representa 9,09% do valor total.

9. CRONOGRAMA FÍSICO- FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	INÍCIO	FIM
META 1	CONSTITUIÇÃO DE APOIO ESPECIALIZADO PARA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA				R\$ 11.922.823,86		
Produto 1.1	Definição dos Professores Pesquisadores para a Coordenação Geral do Projeto e Vice-Coordenação, professor colaborador, Estudantes de Graduação e Pós- Graduação, bolsistas, do quadro funcional da UFRPE, bem como de outras instituições que irão apoiar o projeto	Mês	36	R\$ 42.500,00	R\$ 1.530.000,00	Jan/2024	Dez/2026
Produto 1.2	Equipe de apoio na supervisão técnica e orientação nas atividades de campo, bem como elaboração de relatórios e publicações	Mês	36	R\$ 234.489,60	R\$ 8.441.625,60	Jan/ 2024	Dez/2026
Produto 1.3	Oficina de capacitação em agrofloresta, camponês a camponês, produção vegetal e animal orgânica e economia solidária para a equipe técnica e grupo de assentados	Oficina	12	R\$ 23.306,03	R\$ 279.672,36	Fev/2024	Mar/2025
Produto 1.4	Kit de apoio aos participantes e equipe técnica (Boné, camiseta, caneta, caneca e caderneta de campo)	kit	1050	R\$ 119,29	R\$ 125.250,00	Jan/2024	Jan/2024
Produto 1.5	Visitas técnicas nos sistemas agroflorestais agroecológicos para orientação técnica das famílias assentadas	Unidade	540	R\$ 2.759,57	R\$ 1.490.167,80	Fev/2024	Dez/2026
Produto 1.6	Viagem para a participação em congresso da Associação brasileira de Agroecologia para apresentação de trabalhos sobre os resultados do projeto	Viagem	5	R\$ 6.000,00	R\$ 30.000,00	Jun/2024	Nov/2026
META 2	REALIZAR IDENTIFICAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DA REFORMA AGRÁRIA PARA COMPOR O PROCESSO DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA				R\$ 292.959,99		
Produto 2.1	Levantamento e cadastro sócio- produtivo das famílias assentadas	Família	1000	R\$ 251,20	R\$ 251.200,00	Fev/2024	Mar/2024
Produto 2.2	Aplicativo desenvolvido para a sistematização e análise dados do levantamento sócio-produtivo das famílias assentadas	Unidade	1	R\$ 41.759,99	R\$ 41.759,99	Jan/2024	Mar/2024
META 3	ELABORAR E EXECUTAR PLANO DE ESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E BENEFICIAMENTO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA				R\$ 9.450.576,00		
Produto 3.1	Realizar o desenho e implantação de sistemas agroflorestais agroecológicos envolvendo intercâmbios e mutirões	Sistema agroflorestal	1000	R\$ 5.085,20	R\$ 5.085.200,00	Fev/2024	Fev/2026

Produto 3.2	Implantar meliponicultura nos sistemas agroflorestais agroecológicos	Meliponário	800	R\$ 1.015,00	R\$ 812.000,00	Fev/2024	Set/2026
Produto 3.3	Manejo dos sistemas agroflorestais agroecológicos com replantio, capina, poda, controle de pragas e doenças, cobertura morta e de irrigação	Manejo	1000	2.511,14	R\$ 2.511.142,85	Fev/2024	Fev/2026
Produto 3.4	Apoio ao beneficiamento nos assentamentos, envolvendo a melhoria da qualidade e padronização para agregação de valor aos produtos, desenvolvimento de embalagens e elaboração de projetos de reforma e de novas agroindústrias familiares	Consultoria	5	208.447,20	R\$ 1.042.236,00	Fev/2024	Dez/2026
META 4	VIABILIZAR APOIO AS FAMÍLIAS PARA ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS (Projetos de Crédito de instalação, PAA e PNAE)				R\$ 143.423,00		
Produto 4.1	Capacitação de técnicos em elaboração de projetos de crédito e propostas para o PAA e PNAE	Capacitação	1	143.423,00	143.423,00	Jan/24	Out/26
META 5	ORGANIZAR CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO				R\$ 762.600,00		
Produto 5.1	Implantação e organização de feiras agroecológicas municipais e estaduais equipadas com barracas e indumentária para os feirantes, com sistemas de venda acoplados via CSA, delivery e pontos de entrega de cestas	Unidade	10	76.260,00	762.600,00	Jan/2024	Jun/2026
META 6	FORMAR E ESTRUTURAR O CONTROLE SOCIAL DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROECOLÓGICA NA REFORMA AGRÁRIA				R\$ 736.618,20		
Produto 6.1	Curso de formação para os técnicos extensionistas e grupos de assentados, envolvendo conceitos e princípios da Agroecologia, produção de base agroecológica, cooperativismo, agroindústria familiar e legislação de orgânicos e realização de intercâmbios	Curso	1	R\$ 113.520,00	R\$ 113.520,00	Fev/2025	Abr/2025
Produto 6.2	Participação em seminários estaduais do projeto concomitantes aos Encontros Estaduais de Reforma Agrária, com alimentação garantida por três dias para 1000 assentados	Refeição	9000	50	450.000,00	Ago/2024	Mar/2026
Produto 6.3	Participação em eventos nacionais no campo da Agroecologia com publicação de trabalhos sobre os resultados do projeto	Participação em evento	5	8.286,84	41.434,20	set/24	out/25
Produto 6.4	Produção de boletim (um por ano) com resultados parciais do projeto) e três vídeos (um por estado) com relatos das experiências dos assentados com o SAA para divulgação internamente e nas redes sociais	Consultoria	1	23.664,00	23.664,00	Dez/2024	Dez/2026
Produto 6.5	Rede de Comunicados de conteúdos tanto informativos quanto técnicos, entre coordenação e equipe técnica com as famílias assentadas, formato podcast e videocast com auxílio de whatsapp, Instagram e blog	Comunicados	36	R\$ 3.000,00	108.000,00	Jan/2024	Dez/2026
META 7	PESQUISA: DESENVOLVIMENTO DE UM ÍNDICE DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA DA REFORMA AGRÁRIA				R\$ 158.000,00		
Produto 7.1	Publicação (diagramação e editoração) de livro com 250 páginas, 1000 exemplares, constando dos resultados da pesquisa e relatos das experiências dos assentados	Serviços gráficos	1	99.000,00	99.000,00	Jun/2026	Jul/2026
Produto 7.2	Desenvolvimento de aplicativo dinâmico para produção de um índice de transição agroecológica	Consultoria	1	R\$ 59.000,00	R\$ 59.000,00	Mar/2024	Mai/2024
META 8	GESTÃO OPERACIONAL ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E ESTRATÉGICA DAS AÇÕES DO PROJETO				R\$ 2.346.698,17		
Produto 8.1	Despesas Operacionais FADURPE (10%) (Despesas com gestão administrativa, financeira e estratégica das ações do projeto - apresentação de prestação de contas financeira e relatórios técnica das atividades).	Despesa	1	R\$ 939.518,61	R\$ 939.518,61	Dez/2024	Dez/2024
Produto 8.2	Despesas Operacionais FADURPE (10%) (Despesas com gestão administrativa, financeira e estratégica das ações do projeto - apresentação de prestação de contas financeira e relatórios técnica das atividades).	Despesa	1	R\$ 715.322,79	R\$ 715.322,79	Jan/2025	Jan/2025
Produto 8.3	Despesas Operacionais FADURPE (10%) (Despesas com gestão administrativa, financeira e estratégica das ações do projeto - apresentação de prestação de contas financeira e relatórios técnica das atividades).	Despesa	1	R\$ 691.856,77	R\$ 691.856,77	Jan/2026	Jan/2026
VALOR TOTAL					R\$ 25.813.699,22		

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
Dezembro de 2023	R\$ 12.805.454,01
Dezembro de 2024	R\$ 6.731.981,87
Dezembro de 2025	R\$ 6.276.263,34

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
335039 Serviços de terceiros – PJ Serviços de terceiros)	(Sim)	R\$ 2.346.698,17
335039	(Não)	R\$ 23.467.001,05
VALOR TOTAL		R\$ 25.813.699,22

12. PROPOSIÇÃO

Recife - PE, data da assinatura eletrônica

(Assinado Eletronicamente)

MARCELO BRITO CARNEIRO LEÃO

Reitor

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE

13. APROVAÇÃO

Brasília - DF, data da assinatura eletrônica

(Assinado Eletronicamente)

MARIA ROSILENE BEZERRA RODRIGUESDiretora de desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosilene Bezerra Rodrigues, Diretor(a)**, em 29/12/2023, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO BRITO CARNEIRO LEÃO, Usuário Externo**, em 29/12/2023, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **18953148** e o código CRC **4A54798B**.